

Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública

Influence of Political Cycles on Public Spending and its effect on Public Debt

Maria Nazaré Oliveira Wyse

Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)

mariawyse@furg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8586-0717>

Daiane Pias Machado

Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)

daianepiasmachado@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8605-9892>

Débora Gomes de Gomes

Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)

deboragomesdegomes@furg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7955-0958>

Rodrigo Nobre Fernandez

Universidade Federal de Pelotas

(Pelotas, RS, Brasil)

rodrigonobrefernandez@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8596-2>

RESUMO

Este estudo evidencia a influência dos ciclos políticos orçamentários sobre os gastos públicos municipais e estima seu efeito sobre a dívida pública local. Para isso, foram analisados os dados dos municípios do Rio Grande do Sul, do período de 2005 a 2016, por meio da técnica de análise de dados em painel. Os resultados sugerem que os gastos públicos impactam a dívida pública dos municípios gaúchos e, quando controlados pelo ciclo político, especificamente em anos pré-eleitorais, produzem efeito positivo sobre a dívida pública. Isso significa que, no ano que antecede as eleições, o efeito dos gastos públicos na dívida pública dos municípios aumenta. Contudo, no ano do pleito eleitoral este efeito não apresentou significância estatística. Em relação ao alinhamento partidário do governo municipal com o governo federal os resultados foram positivos, logo o fato de existir coalizão entre governos municipal e federal aumenta os gastos públicos e tende a aumentar a dívida pública dos municípios.

Palavras-Chave: ciclo político, gastos públicos, dívida pública.

ABSTRACT

This study analyzes the influence of political budget cycles on municipal public spending and estimates its effect on local public debt. For this, data from the municipalities of Rio Grande do Sul, from 2005 to 2016, were analyzed using the panel data analysis technique. The results suggest that public expenditures impact the public debt of municipalities in Rio Grande do Sul and, when controlled by the political cycle, specifically in pre-election years, have a positive effect on public debt. This means that, in the year before the elections, the effect of public spending on municipal public debt increases. However, in the election year, this effect was not statistically significant. Regarding the partisan alignment of the municipal government with the federal government, the results were positive, so the fact that there is a coalition between municipal and federal governments increases public spending and tends to increase the public debt of municipalities.

Keywords: political cycle, public spending, public de

Introdução

A Dívida Pública do estado do Rio Grande do Sul (RS) vem em constante crescimento e alcançou os 73 bilhões de reais em 2018. Conte (2014) destaca que o gasto público e o endividamento do RS apresentaram crescimento superior ao da receita corrente líquida e, mesmo a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde maio de 2000, não garantiu a melhoria da situação fiscal do RS.

De acordo com o 10º Relatório Anual da Dívida Pública do estado do RS, elaborado pelo Tesouro, o somatório da dívida pública dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, representa 79% do endividamento total das unidades da federação.

Neste cenário de elevação de gastos e dívida pública se torna relevante sua abordagem pela ótica da Teoria dos Ciclos Políticos, em que os *policymakers*, com a intenção de se manter no poder, formulam situações econômicas aparentemente favoráveis à sociedade em períodos eleitorais, muitas vezes elevando gastos públicos e os diminuindo nos anos pós-eleitorais. Com isso, o governo tende tornar decisões que implicam na condução de política econômica expansionista e contracionista, formando ciclos econômicos que se vinculam aos ciclos políticos (Sakurai, 2009).

Os ciclos políticos econômicos podem ser observados a partir de modelos oportunistas e partidários. O primeiro deles ocorre quando o governante se utiliza de políticas visando seu próprio interesse; o segundo, ocorre quando o governante direciona suas políticas com base em orientações ideológico-partidárias. Ambos os modelos apresentam expectativas adaptativas e racionais (Hibbs, 1977; Nordhaus, 1975).

Estudos anteriores vêm sendo desenvolvidos com objetivo de evidenciar a presença de ciclos políticos oportunistas e partidários em variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias de governos estaduais e municipais (Bartoluzzio & Anjos, 2020; Dias et al., 2018; Fiirst et al., 2019; Gaston, 2017; Gonçalves et al., 2017; Guerra, et al., 2018; Sakurai & Menezes, 2008; Rodrigues, 2015; Puchale, 2019; Xavier et al., 2018). Em geral estes estudos apontam para a presença de ciclos políticos orçamentários com motivações oportunistas e partidárias nos governos brasileiros estaduais e locais. Contudo, os estudos citados analisaram variáveis fiscais, tais como as despesas e investimentos realizados pelos governos, mas nenhum deles investigou os efeitos dos ciclos políticos sobre a elevação da dívida pública ocasionada pela realização dos gastos dos governos municipais.

No contexto internacional, Castro e Martins (2018) analisaram as despesas do governo de 18 países europeus durante o período de 1990 a 2012. Os resultados fornecem evidências de oportunismo político em níveis agregados e desagregados de gastos públicos. Os gastos que se mostraram mais relacionados ao comportamento oportunista foram educação, assistência social e alguns subcomponentes do gasto em saúde, itens que tendem a gerar resultados mais visíveis para os eleitores.

Bellido et al. (2019) analisaram se a ideologia do governo e outros fatores políticos e eleitorais influenciam o nível de gastos públicos em saúde nos países que compõem a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD). Os resultados revelam a presença do efeito partidário, sendo os governos de esquerda mais propensos a aumentar os gastos públicos no setor saúde. Também foi descoberto que a coalizão partidária aumenta esses gastos.

A realização de gastos orçamentários de forma sustentável e que reflitam os interesses sociais em seus aspectos qualitativos e quantitativos, aliados a transparência são os principais sinalizadores da eficácia de políticas públicas. No entanto, estudos mostram que o desempenho financeiro público é afetado pelos ciclos políticos, o que indica retrocesso político e democrático (Fiirst et al., 2019). Com isso, o estudo do ciclo político constitui uma área relevante e promissora que pode proporcionar significativo instrumento de avaliação para as análises de política fiscal, avaliação de políticas públicas, planejamento e finanças corporativas, dentre outros (Gámez & Ibarra-Yúnez, 2009).

Sendo assim, este estudo tem como objetivo evidenciar a influência dos Ciclos Políticos oportunistas sobre os gastos públicos municipais e estimar seu efeito sobre a dívida pública local. Além disso, buscam-se evidências para influência de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e coalizão nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

Segundo dados do Relatório de Transparência Fiscal de 2019, o Rio Grande do Sul fechou o ano de 2019 com resultado orçamentário efetivo apresentando déficit de R\$ 3,2 bilhões em 2019 (Mello, 2020). Considerando-se que a gestão municipal, ao buscar recursos para investimento em suas diversas áreas, pode vir a ampliar seus níveis de endividamento, esta pesquisa contribui com a literatura brasileira de ciclos políticos ao gerar conhecimento e contribuir com as discussões sobre o tema de ciclos políticos, gastos públicos e dívida pública dos municípios.

Lazarin et al. (2014) consideram que o endividamento público é uma ferramenta de extrema importância para a provisão dos bens públicos à sociedade, realizado por meio das políticas públicas. Mas, para atingir tal fim, é necessário que os governantes adotem uma política fiscal sustentável. Portanto, conhecer as influências dos ciclos políticos na dívida pública dos municípios pode contribuir para seu olhar sobre a sustentabilidade das finanças públicas.

Oliveira et al. (2022) argumentam que a preocupação com a sustentabilidade fiscal dos entes públicos é crescente e necessária para garantir a intertemporalidade das políticas públicas, o desempenho da política monetária e a redução da vulnerabilidade do país a crises econômicas.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foi utilizado um modelo econométrico, com análise realizada por meio de regressão com dados em painel para avaliar se o efeito dos gastos sobre a dívida pública, quando mediados pelo ciclo político, potencializa o crescimento da dívida pública dos municípios. O termo de interação usado neste estudo a fim de captar tal efeito do ciclo político sobre as variáveis analisadas não é comum em trabalhos envolvendo essa temática. Contudo, esta investigação seguiu de forma semelhante ao estudo de Gonçalves et al. (2017).

O estudo está dividido em cinco seções, sendo a primeira constituída por esta introdução. A segunda seção apresenta a evolução de estudos da Teoria dos Ciclos Políticos em seus modelos oportunistas e partidários, além da subseção de dívida pública, a fim de oferecer suporte teórico ao problema proposto por esta pesquisa. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos. Na quarta, são evidenciados os resultados apurados e na quinta e última seção, são elencadas as considerações finais.

Ciclos Políticos

Os primeiros estudos que discutem a relação entre ciclo político e econômico e o comportamento dos *policymakers* remetem aos trabalhos de (Akerman, 1947; Downs, 1957; Kalecki, 1943). Contudo, foi a partir da pesquisa de Nordhaus (1975) que a teoria se consolidou e modelos formais para explicar o impacto dos fatores políticos na economia passaram a surgir.

A partir de Nordhaus (1975), diferentes comportamentos para definir os tipos de ciclos políticos foram avaliados, chegando-se ao estabelecimento do ciclo político oportunista e ciclo político partidário. A análise relacionada à existência de incentivos oportunistas pode ser caracterizada por considerar o pressuposto de que agentes, independentemente de ideologia partidária, visam implícita e fundamentalmente manter-se no poder (Sakurai, 2009). Esta corrente analítica pode ser dividida em duas abordagens. Uma delas considerando expectativas adaptativas: Nordhaus (1975) e outra considerando expectativas racionais: Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), mas ambas procuram justificar a existência de ciclos em função do período eleitoral.

O ciclo político partidário procura enfatizar as diferenças ideológico-partidárias e a possibilidade de este fator afetar o comportamento econômico. As referências são os trabalhos de Hibbs (1977), considerando o pressuposto de expectativas adaptativas e Alesina (1987), pressupondo expectativas racionais. De acordo com esta abordagem, os partidos políticos apresentam preferências diferentes em relação à conduta da política econômica e com isso, o comportamento da economia se dá em função do perfil ideológico dos partidos políticos que estão no poder.

O modelo de Nordhaus (1975) é apontado pela literatura como sendo o pioneiro na modelagem do ciclo político oportunista tradicional (Siqueira, 2016). Nordhaus (1975) utiliza o trade-off da curva de Phillips, com as variáveis macroeconômicas inflação e desemprego, para explicar a ocorrência do ciclo político. Segundo o autor há uma redução no desemprego em períodos próximos às eleições com uma elevação nas taxas de inflação, fazendo com que os resultados eleitorais sejam fortemente influenciados pelos resultados econômicos.

Com a intenção de garantir votos e se manter no poder, os governantes manipulam as políticas econômicas de curto prazo de forma que seus efeitos atendam seu objetivo nas urnas, ou seja, ao manipular as políticas fiscal e monetária, os políticos geram ilusórias condições favoráveis à sociedade a fim de aumentar a probabilidade de se eleger. Após o período eleitoral são tomadas medidas para reverter as consequências das políticas macroeconômicas implementadas, gerando assim o ciclo político econômico (*Political Business Cycles*) (Nordhaus, 1975).

Nordhaus (1975) entende que os eleitores são ingênuos, incapazes de aprender e propensos a erros sistemáticos, ou seja, são ignorantes em relação ao trade-off inflação e desemprego. Assim, agem movidos por expectativas adaptativas, ou seja, tendem a observar situações atuais com maior facilidade em relação às promessas realizadas anteriormente.

Rogoff e Sibert (1988) avançaram no modelo de Nordhaus (1975), ao reformularem as expectativas adaptativas dos eleitores para expectativas racionais, acrescentaram a assimetria informacional e consideraram que os ciclos políticos econômicos devem ser observados nos instrumentos de política fiscal. A partir desta visão os autores entendem que os eleitores são capazes de identificar as melhores políticas governamentais, e o nível de competência do governo em prestar serviços

públicos torna-se relevante neste julgamento. Um governo competente seria aquele que produz mais bens públicos utilizando menos receita.

Porém, com a assimetria informacional, os políticos possuem uma série de informações que os eleitores não possuem, e com essa defasagem de tempo surge a possibilidade de manobras eleitoreiras. Com isso, em períodos eleitorais os políticos adotem uma política fiscal expansionista, reduzindo os impostos ou elevando os gastos públicos, sinalizando sua competência. Após esse período promovem uma política contracionista a fim de buscar o equilíbrio, já que neste modelo os eleitores são racionais (Rogoff & Sibert, 1988). Com isso, originam-se os ciclos políticos orçamentários (*Political Budget Cycle*).

Rogoff (1990) formula um modelo similar, porém enfatiza que o governante tem o incentivo de enviesar a política fiscal em período pré-eleitoral, preferindo aumentar os gastos de consumo mais visíveis e imediatos à população. A ampliação do gasto público representa um sinal de competência claramente perceptível e facilmente assimilado pelos eleitores, influenciando diretamente na probabilidade de sucesso no pleito eleitoral. A assimetria informacional leva a um comportamento oportunista por parte do governo, uma vez que este possui um conhecimento maior sobre sua competência em relação aos eleitores, bem como sobre suas limitações.

Como visto, o segundo modelo de ciclo político, o partidário, proposto por Hibbs (1977), também considera o trade-off da curva de Phillips utilizado por Nordhaus (1975), mas considera que os partidos políticos moldam sua ideologia partidária com a intenção de obter mais votos. Em seu *artigo Political Parties and Macroeconomic Policy*, o autor analisa os padrões de políticas macroeconômicas associados à partidos de esquerda e de direita, utilizando como amostra 12 países no pós-guerra, porém ao considerar a existência de diferença ideológica constata que partidos de esquerda são mais propensos a intervenções na economia, tendem a preferir níveis menores de desemprego e aceitar maiores taxas de inflação enquanto os partidos de direita preferem menor inflação (controle de preços e estabilidade financeira) e maior desemprego.

Para Hibbs (1977), essa preferência ocorre porque os partidos de direita representam os interesses das classes com maior poder financeiro, onde seus membros possuem a maior parte do capital financeiro, já os partidos de esquerda apresentam em sua formação indivíduos das classes trabalhadoras, mais prejudicados com o aumento do desemprego. A formulação do modelo de Hibbs (1977) assume que os eleitores têm expectativas adaptativas, ou seja, são sistematicamente enganados por políticos em período eleitoral.

Seguindo a ideologia partidária de Hibbs (1977), outra abordagem que procura explicar as diferenças partidárias é feita no estudo de Alesina (1987). Em seu artigo "*Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a repeated game*", acrescenta a expectativa racional ao modelo de ciclo político partidário. O autor critica o modelo proposto de Hibbs (1977) por utilizar expectativas adaptativas desconsiderando o efeito de que os indivíduos podem se antecipar ao comportamento do governo.

Pressupondo expectativas racionais, Alesina (1987) entende que os partidos políticos apresentariam preferências diferentes em relação à conduta de suas respectivas políticas econômicas e, assim, estando no poder teriam um comportamento distinto da economia em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos.

Ciclos Políticos e Gastos Públicos

Pesquisas sobre ciclo político econômico, em seus modelos oportunistas e partidários, indicam diversas relações entre os ciclos políticos e variáveis macroeconômicas, fiscais e orçamentárias, no contexto nacional e internacional. Castro e Martins (2018) analisaram a incidência de ciclos políticos nos componentes funcionais e subcomponentes das despesas do governo em um grupo de 18 países europeus durante o período 1990-2012. Ao passo que constataram fracas e limitadas influências de ciclos partidários, ressaltaram a forte evidência de oportunismo político em níveis agregados e desagregados de despesas como educação, assistência social e alguns subcomponentes de gastos em saúde, itens que tendem a gerar resultados mais visíveis para os eleitores.

Bellido et al. (2019) analisaram se a ideologia do governo e outros fatores políticos e eleitorais influenciam o nível de gastos públicos em saúde nos países da (OECD), enfocando o impacto da Grande Recessão. Os resultados revelam a existência de efeitos partidários, sendo que os governos de esquerda tendem a aumentar os gastos em saúde. Além disso, as coalizões também aumentam essas despesas. Por outro lado, não identificaram comportamento oportunista dos titulares relacionados ao tempo das eleições.

Rodrigues (2015) encontrou a presença de ciclos políticos oportunistas nos estados brasileiros e no Distrito Federal, ao analisar as despesas públicas no período de 1995 a 2013, considerando a magnitude e o tipo de despesa. Para o mesmo período e população, Guerra et al. (2018) encontraram evidências empíricas de ciclos políticos econômicos nas políticas fiscais, mais especificamente nas despesas de capital, investimentos, obras e urbanismo. Quanto ao aspecto ideológico-partidário constataram que tal comportamento ocorre independentemente do partido ou coalizão em que estejam inseridos os governantes.

Nessa mesma linha quanto ao período e população, mas levando em conta o aspecto geográfico-espacial, a investigação de Puchale (2019) focou na influência dos ciclos oportunistas e partidários dos gastos públicos totais e por função orçamentária de saúde e saneamento, educação e cultura e investimentos. A presença dos ciclos político econômicos oportunistas se deu de forma branda, pois concentrou-se somente nos investimentos. Quanto ao alinhamento político-partidário ficou evidente ser uma ferramenta facilitadora da elevação do gasto público, sendo o mesmo constatado nas despesas com saúde/saneamento, educação/cultura e dispêndio total. No tocante das variáveis geográficas nos modelos de ciclos partidário o efeito *yardstick competition* se faz presente, demonstrando que o aspecto eleitoral transcende as fronteiras dos Estados. Já para o fenômeno da reeleição, os *policymakers* quando no último mandato são propensos a gerarem déficits públicos.

Também nos estados brasileiros, Gonçalves et al. (2017) encontraram influência do ciclo eleitoral em investimentos de infraestrutura no período de 2003 a 2014, ao considerar as diferenças ideológicas interagindo com os ciclos eleitorais. No entanto um resultado contraintuitivo foi observado em relação ao impacto negativo nos gastos em infraestrutura quando o governador é do mesmo partido do presidente. Para essa variável, esperavam um impacto positivo.

Em nível municipal, Gaston (2017) testou nos municípios brasileiros entre os anos de 2002 e 2015, a hipótese de ocorrência do ciclo político orçamentário tradicional nas variáveis representantes de bens públicos, identificando aquelas onde parece haver evidência de manipulação eleitoral. Os resultados não descartam a

hipótese de que o ciclo político orçamentário no gasto ocorreria e que se privilegiariam algumas funções, possivelmente, alterando a percepção do eleitorado sobre a competência dos prefeitos.

Seguindo a análise nos municípios brasileiros, selecionados aleatoriamente entre 2006 e 2016, Bartoluzzio e Anjos (2020) analisaram como incentivos político-eleitorais influenciam a gestão fiscal e seus desdobramentos nos resultados eleitorais. As evidências empíricas indicam que apesar de existir um aumento nos investimentos, os partidos reconduzidos também possuem uma estrutura de pessoal mais sustentável e melhores condições de liquidez no curto prazo em relação aos não reconduzidos, embora demonstrem melhor desempenho em anos eleitorais. Porém, a condição de liquidez é menor quando comparada ao início do primeiro mandato. Ainda, aspectos da competição política ajudam a compreender a responsabilidade fiscal da gestão em exercício e ideologicamente os partidos de centro tendem a ser mais responsáveis em relação aos de direita e esquerda.

O estudo de Xavier et al. (2018) investigou os ciclos eleitorais nas despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros de 2003 a 2016, evidenciando um aumento das despesas nas funções de administração, assistência social e urbanismo, quando os prefeitos foram reeleitos. Já quando os prefeitos pertencem a mesma coligação do governador, encontraram efeito negativo para as funções de educação, cultura e desporto e lazer. Os ciclos eleitorais não apresentaram influência significativa do ano eleitoral na composição dos gastos, mas há evidências da existência de ciclos políticos para o período em análise, pois os resultados apontam manipulação de algumas funções orçamentárias quando há reeleição do prefeito ou da coligação, indicando que os prefeitos tendem a manipular a composição das despesas públicas com o objetivo de suprir seus próprios interesses políticos e eleitorais.

Dias et al. (2018) analisaram a relação entre os investimentos públicos e a recondução dos prefeitos dos municípios do estado do Espírito Santo, entre 2001 e 2012. Concluíram que os eleitores capixabas premiam os prefeitos que promovem incrementos relativos a investimentos no período próximo às eleições, o que se mostra consistente com a literatura mais recente de ciclos políticos e de comportamento eleitoral.

Fiirst et al. (2019) verificaram a influência de características políticas no desempenho financeiro dos municípios paranaenses, no período de 2013 a 2016. Os resultados revelaram que o ano eleitoral influencia positivamente o desempenho financeiro, porém tal relação é negativa em períodos em que ocorre mudança de gestor.

Dívida Pública (Endividamento Público)

Muito se tem discutido em relação aos efeitos das eleições sobre a estabilidade da economia. Os fatores político-eleitorais e seus consequentes sobre a economia têm-se tornado assunto recorrente no debate econômico, bem como as manipulações de variáveis macroeconômicas e orçamentárias com o objetivo de obter resultados eleitorais favoráveis, o que gera constante preocupação em impor limites para aqueles responsáveis por conduzir a política econômica (Lazarin et al., 2014; Lucena, 2013; Pinto et al., 2015).

Gestores públicos, em períodos próximos às disputas eleitorais, modificam as execuções das políticas fiscais e monetárias do orçamento público, visando um efeito imediato na economia, para que consequentemente possam ser percebidos pelos

eleitores, e assim sejam reeleitos ou consigam manter seu grupo político no poder. Após as eleições, adotam medidas contracionistas a fim de reverter os efeitos da política expansionista adotada anteriormente. Esse instrumento se repete a cada período eleitoral, provocando constantes flutuações na economia, podendo causar endividamento público (Lucena, 2013).

De acordo com Pinto et al. (2015), o endividamento dos estados e municípios brasileiros tem sua origem a partir da crise externa do início da década de 80 e que veio a tornar-se uma questão central dentro do processo de ajuste do setor público. Mendonça e Machado (2013) destacam que o endividamento público é resultado de despesas superiores às receitas do ente público e ocorre em função da ausência de restrições orçamentárias.

Com a ampliação da dívida pública, Hamada et al. (2019) enfatizam que para conter a deterioração da situação fiscal e controlar o endividamento dos entes públicos foi promulgada a Lei Complementar n.º 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O propósito dessa Lei é disciplinar a gestão de recursos públicos, impondo restrições aos gestores públicos quanto a assunção de dívida pública, com propósito de preservar a situação fiscal dos entes federativos e garantir a saúde financeira dos entes públicos (Lei Complementar n.101, 2000).

Nakaguma e Bender (2006), consideram a LRF um instrumento efetivo para o controle do endividamento e para a redução das despesas de custeio dos Estados. Contudo, Conte (2014) argumenta que a LRF, por si só, não foi suficiente para garantir a melhoria da situação fiscal do estado do RS, onde o gasto público e o endividamento apresentam crescimento superior ao da Receita Corrente Líquida.

Uma das formas de gerar endividamento público é a ocorrência de gastos superiores às receitas, como consequência, o não pagamento dos fornecedores ou funcionários públicos, ocorrendo déficit orçamentário. Todavia, a dívida implica no pagamento de juros, encargos e amortizações, podendo incorrer em operações de refinanciamento (Hamada, et al., 2019). O endividamento municipal gera crítica de duas ordens, uma delas é a limitação da gestão macroeconômica eficiente da União, a outra reflete na elevação das despesas com políticas eleitoreiras, deixando reflexos para a gestão posterior (Pinto et al., 2015).

Evidências de Ciclos Políticos na Dívida Pública

Geys (2007), ao analisar os dados da dívida pública local de 296 municípios flamengos, fornece dados empíricos para sustentar a afirmação que o nível de fragmentação política do governo afeta tanto a necessidade quanto a possibilidade de participar de ciclos políticos oportunistas. Ríos (2009) procurou verificar a existência de ciclos políticos oportunistas ou partidários da dívida pública e seus componentes básicos, bem como da base monetária; Lucena (2013) buscou compreender o papel que o processo eleitoral desempenha em elementos como a dívida consolidada líquida dos estados de todas as regiões do Brasil, no período de 2002 a 2010.

Em estudos internacionais, Haber e Neck (2006) investigaram a sustentabilidade da dívida pública austríaca quanto aos objetivos políticos de estabilizar o ciclo econômico, aumentar as chances de reeleição e implementação de ideologias partidárias. Encontram evidências empíricas de que governos austríacos dominados por um partido político apresentam déficits mais altos do que a coalizão de governos e que não há indicação de um ciclo político econômico.

Sapir e Sekkat (2002) investigaram se as eleições nacionais na Europa geram ciclos políticos em outros países europeus e se esses efeitos de transbordamento conseguem sobreviver dentro da União Europeia (UEM). Constataram que, tanto a política oportunista quanto a partidária, desempenham papéis significativos no comportamento da política orçamental europeia. Na perspectiva de eleições existe uma tendência à déficits públicos nas recessões, sendo os governos de esquerda mais propensos ao déficit do que os governos de direita, independentemente do estado de economia. Descobriram também que, tanto a política oportunista, quanto a partidária na Alemanha, têm impactos significativos no crescimento econômico em outros países.

Por fim, Skilling e Zeckhauser (2002), considerando o grande acúmulo de dívidas nos países da OECD desde 1970, avaliaram as principais explicações políticas para os casos dos EUA e Japão. Concluíram que competição política incentiva a prudência fiscal, e que a experiência da OECD fornece forte apoio empírico a essa conjectura, sugerindo que o alto nível de endividamento do Japão se deve mais a fatores políticos do que econômicos.

Procedimentos Metodológicos

A finalidade deste estudo é evidenciar a influência dos ciclos políticos sobre os gastos públicos municipais e estimar seu efeito sobre a dívida pública local. Busca-se também, evidências de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e o apoio nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

A população da pesquisa compreende os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, utilizando como período de análise os anos de 2005 a 2016, compreendendo três ciclos eleitorais completos. No entanto, a amostra final apresenta-se com 496 municípios, pois um deles não apresentou dados suficientes para o estudo. A escolha do período e dos municípios gaúchos se deu em função da acessibilidade de informações sobre as eleições e da disponibilidade dos dados.

A pesquisa utilizou dados secundários coletados em portais institucionais. As informações sobre os gastos orçamentários e total do passivo para compor a variável dívida pública foram coletadas no banco de dados Finanças Brasil (Finbra), no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Já os dados referentes ao PIB e a população foram coletados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, os dados eleitorais foram coletados dos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

Os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica para posterior análise no *software* GNU *Regression, Econometric and Time-series Library* (Gretl) 2020c-git, através da técnica econométrica de regressão para dados em painel, visto que a amostra é constituída por dados seccionais (municípios gaúchos) e temporais (entre os anos de 2005 e 2016), semelhante a metodologia adotada em estudos anteriores (Nunes, 2017; Sakurai, 2009; Silva & Faroni, 2011; Veloso & Bornhold, 2016). Em virtude da indisponibilidade de alguns dados para alguns dos períodos da amostra, utilizou-se o painel desbalanceado. Os dados foram analisados pela técnica de regressão de efeitos fixos, após ter sido utilizado o tratamento clássico da técnica de estimação pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) nas análises preliminares.

Os modelos de regressão foram aplicados a um conjunto de dados de séries temporais onde cada equação corresponde a um grupo de variáveis fiscais, políticas e de controle. No primeiro modelo (Tabela 3), estima-se o Gasto Público agregado a

partir de variáveis eleitorais, partidárias, de coalizão e variáveis de controle, conforme as seguintes especificações gerais:

$$\text{Ln_Pct_Gastit} = \delta + \beta_1\text{Ano_Pre_Eleit} + \beta_2\text{Ano_Eleit} + \beta_3\text{Part_Esqit} + \beta_4\text{Part_Dirit} + \beta_5\text{Mesmo_Pref_Govit} + \beta_6\text{Mesmo_Pref_Presit} + \beta_7\text{Cresc_PIBit} + \beta_8\text{Ln_POPit} + \epsilon_{it}$$

Onde:

Ln_Pct_Gast = variável dependente representada pelo total dos gastos orçamentários;

δ = constante que intercepta o eixo x;

β = corresponde aos coeficientes angulares estimados para cada variável independente;

ϵ = termo de erro, variação não explicada pelo modelo.

Nos modelos, $i = 1, 2, \dots, 496$ são os municípios, $t = 2005, 2006, \dots, 2016$ são os anos.

O segundo modelo (Tabela 4) traz o termo de interação (Wooldridge, 2006), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto sobre a dívida pública, mediado pelo ciclo político orçamentário.

$$\text{Ln_Dívida_Pubit} = \delta + \beta_1\text{Ln_Gast_Totalit} + \beta_2\text{Ln_Gast_Totalit VS Ano_Pre_Eleit} + \beta_3\text{Ln_Gast_Totalit VS Ano_Eleit} + \beta_4\text{Ano_Pre_Eleit} + \beta_5\text{Ano_Eleit} + \beta_6\text{Part_Esqit} + \beta_7\text{Part_Dirit} + \beta_8\text{Mesmo_Pref_Govit} + \beta_9\text{Mesmo_Pref_Presit} + \beta_{10}\text{Cresc_PIBit} + \beta_{11}\text{Ln_Popit} + \mu_{it}$$

Na Figura 1 estão demonstradas todas as variáveis utilizadas nos modelos do estudo.

Figura 1

Variáveis utilizadas nas regressões

Variável teórica	Variável Operacional	Descrição	Fonte
Gastos Orçamentários	Ln_Pct_Gast	Logaritmo <i>per capita</i> do gasto total orçamentário	Guerra et al. (2018)
Variáveis de controle	Ln_POP	Logaritmo natural da população	Queiroz et al. (2019)
	Cresc_PIB	Crescimento do PIB ano a ano (variável de controle)	
Ciclo Político Oportunista	Ano_Pre_Eleit	<i>Dummy</i> de ano pré-eleitoral	Gonçalves et al. (2017)
	Ano_Eleit	<i>Dummy</i> de ano eleitoral	
	Ano_Pos_Eleit	<i>Dummy</i> de ano pós-eleitoral	
Ciclo Político Partidário	Part_Esq	<i>Dummy</i> de partidos de esquerda	Rodrigues (2002), Sakurai (2009) e Gaston (2017)
	Part_Cen	<i>Dummy</i> de partidos de centro	
	Part_Dir	<i>Dummy</i> de partidos de direita	

Coalizão Política	Mesmo_Pref_Gov	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do governador	Veloso e Bornhold (2016)
	Mesmo_Pref_Pres	<i>Dummy</i> quando partido prefeito é o mesmo do presidente	
Dívida Pública	Ln_Dívida_Pub	Logaritmo Dívida Pública dos municípios (total passivo)	Silva et al. (2011)
Variáveis de Interação	Ln_Pct_Gastos_Fun vs Ano_Pre_Eleit	Termos de interação (gastos <i>versus</i> calendário eleitoral), ou seja, variáveis multiplicativas usadas para captar o efeito do gasto na Dívida Pública dos municípios, sendo controlado pelo ciclo político. Os resultados representam a influência em comparação com as interações entre a variável do total dos gastos orçamentário e o calendário eleitoral.	(Wooldridge, 2006)
	Ln_Pct_Gastos_Fun vs Ano_Eleit		

A classificação partidária que segue a tipificação utilizada por Rodrigues (2002), Sakurai (2009) e Gaston (2017), está representada na Figura 2 a seguir:

Figura 2

Classificação dos partidos políticos

Partidos de Esquerda	Partidos de Centro	Partidos de Direita
PC do B	PMDB	DEM
PDT	PP	PFL
PHS	PRB	PL
PPL	PSDB	PSC
PPS	PTB	PSD
PSB	SD	
PT		

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2002), Sakurai (2009) e Gaston (2017)

Os dados financeiros foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para valores de 2016, tais informações são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Conforme Gonçalves et al. (2017), a opção de escolha do IGP-M reside no fato de este índice medir a variação mensal de preço que afeta diretamente as unidades econômicas.

Resultados

Os resultados do modelo de regressão estabelecido para evidenciar o efeito da influência do ciclo político orçamentário e partidário sobre os gastos públicos estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Ciclo político orçamentário sobre o total dos gastos públicos

Variável Dependente: Ln_Pct_Gast (EF)	Coefficiente Beta
Const	10,6899 ***(0,0000)
Ln_POP	-0,3093 ***(0,0000)

Cresc_PIB	0,0537 ***(0,0002)
Ano_Pre_Eleit	0,0998 ***(0,0000)
Ano_Eleit	0,1202 ***(0,0000)
Part_Esq	-0,0452 ***(0,0000)
Part_Dir	-0,0924 ***(0,0000)
Mesmo_Pref_Gov	-0,1269 ***(0,0000)
Mesmo_Pref_Pres	0,1484 ***(0,0000)
R2	0,80
Teste F	44,05075
Critério de Akaike	-1510,35
Observações	5.897

Nota. Efeito Fixo (EF). ***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

A variável dependente de gastos públicos corresponde o valor agregado dos gastos orçamentários. Percebe-se a presença de ciclos políticos orçamentários oportunistas (Rogoff, 1988; Rogoff & Sibert, 1990), já que pode ser observado um aumento nos gastos em anos eleitorais, comparados aos anos pós-eleitorais. Além disso, os sinais dos coeficientes para anos pré-eleitorais e anos eleitorais estão de acordo com a teoria dos ciclos políticos oportunistas. Os resultados sugerem que, para os coeficientes associados as *dummies* de ano pré-eleitoral e ano eleitoral, comparados aos anos pós-eleitorais são estatisticamente significantes ao nível de 1%. Em anos pré-eleitorais os gastos tendem a aumentar em torno de 9,98%, passando para 12,02% em anos eleitorais.

Esses achados corroboram com boa parte das pesquisas envolvendo essa temática, onde ocorre o ciclo político oportunista em pelo menos em algumas funções orçamentárias, geralmente aquelas de maior visibilidade aos eleitores (Castro & Martins, 2018; Gaston, 2017; Guerra et al, 2018; Rodrigues, 2015; Sakurai, 2009).

Em relação a ideologia partidária, os resultados sugerem a presença de ciclo político partidário. Os partidos de esquerda apresentam retração nos gastos em torno de 4,52% comparados aos partidos de centro (ao nível de 1%). Já os partidos de direita, comparados aos partidos de centro, também apresentam sinal negativo, com retração de 9,24% (ao nível de 1%). Nesse sentido, este resultado corrobora com estudos internacionais (Bellido et al. 2019) e nacionais (Puchale, 2019) que encontraram a presença de ciclo político partidário.

Quanto a coalizão política, o fato de o partido do prefeito estar alinhado ao partido do governo federal apresentou coeficiente positivo e com significância estatística ao nível de 1%, logo, existir coalizão política entre os partidos do prefeito e do Presidente da República representa que os gastos orçamentários tendem a aumentar em 14,84%.

Enquanto o alinhamento com o governo estadual se deu de forma negativa, para o qual também se esperava um resultado positivo, no entanto, o fato de o partido do prefeito estar alinhado com o partido do governador do estado representa uma redução nos gastos públicos de 12,69%. Xavier et al. (2018) também encontraram efeito negativo para as funções de educação, cultura e desporto e lazer, quando os prefeitos pertencem a mesma coligação do governador.

As estimações apresentadas na Tabela 2 buscam demonstrar o diferencial deste estudo, onde a análise será sob o efeito do ciclo político orçamentário e dos gastos públicos sobre a dívida pública dos municípios, ou seja, será feita a análise de quanto o ciclo político potencializa o efeito do gasto na dívida pública, neste caso, avaliada pelo total do passivo.

Para atingir esse objetivo utilizou-se o termo de interação, o qual neste estudo está representado pela multiplicação da variável do total dos gastos orçamentários pelo ano eleitoral e pela multiplicação do total dos gastos orçamentários pelo ano pré-eleitoral. Porém, para se chegar no valor do coeficiente que representa o efeito sobre a dívida pública, é necessário realizar a soma do coeficiente do total dos gastos orçamentários com o coeficiente dos resultados multiplicativos, conforme observado em Wooldridge (2006, p. 248).

Tabela 2

Efeito sobre a dívida pública

Variável dependente: Ln_Dívida_Pub (EF)	Coefficiente Beta
Const	-1,8121(0,5109)
Ln_POP	0,3979(0,1826)
Cresc_PIB	-0,0324(0,6485)
Ln_Pct_Gast	1,7709 *** (0,0000)
Ln_Pct_Gast vs Ano_Pré_Eleit	0,2544 *** (0,0005)
Ln_Pct_Gast vs Ano_Eleit	0,0915(0,2259)
Ano_Pré_Eleit	-1,9245 *** (0,0009)
Ano_Eleit	-0,7748(0,2017)
Part_Esq	-0,0902 ** (0,0376)
Part_Dir	-0,1381(0,1764)
Mesmo_Pref_Gov	-0,1431 *** (0,0006)
Mesmo_Pref_Pres	0,1140 ** (0,0225)
R2	0,77
Teste F	36,86
Critério de Akaike	16961,61
Observações	5892

Nota. Efeito Fixo (EF). ***, **, * Estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Depreende-se, com 99% de confiança, que o total dos gastos orçamentários influencia a dívida pública dos municípios gaúchos. Logo, ressalta-se como resultado que os valores dispendidos nessas áreas de atuação governamental impactam a dívida pública em 177,09%. Sendo assim, pode-se dizer que para cada 1% do total de gastos orçamentário, tem-se um aumento de 177,09% na dívida pública dos municípios.

Ao realizar essa análise com o termo de interação entre o total dos gastos versus ano pré-eleitoral, percebe-se que a relação continua sendo positiva e significativa ao nível de 1%, porém o aumento na dívida pública passa a ser de 202,53%. Ao proceder a análise do termo de interação entre o total dos gastos versus ano eleitoral, também é possível perceber uma relação positiva, porém o aumento fica em torno de 186,24% e sem significância estatística. Logo, pode-se dizer que o total de gastos públicos analisados individualmente, ou seja, sem o termo de interação, impactam a dívida pública dos municípios gaúchos e ao proceder essa análise com as variáveis interagindo com o ano pré-eleitoral observa-se um efeito maior e positivo.

Pode-se inferir que devido a variável Gastos Público estar mediada pelo ciclo político há um efeito positivo e significativo sobre a dívida pública, ou seja, os ciclos políticos oportunistas potencializam o efeito dos gastos na dívida pública dos municípios gaúchos. Representando um efeito maior e significativo em anos pré-eleitorais.

Uma justificativa para um maior aumento em anos pré-eleitorais pode ser a intenção de reeleição por parte dos prefeitos, conforme destacado por Sakurai e

Menezes (2008) despesas mais elevadas efetuadas ao longo dos mandatos tendem a elevar as chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, embora despesas mais elevadas executadas especificamente no ano eleitoral tendam a ser prejudiciais para a reeleição.

Embora na análise das *dummies* de anos pré-eleitorais analisada individualmente, tem-se uma redução da dívida pública em anos pré-eleitorais, em torno de 192,45%. Porém, em anos eleitorais percebe-se um aumento de 77,48% em relação a dívida pública, porém também não apresenta significância estatística. Esses são resultados comparados aos anos pós-eleitorais.

Também, pode ser porque, além das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns candidatos intencionam a reeleição, sendo assim podem buscar minimizar o endividamento dos municípios em períodos eleitorais, já que de acordo com Arvate et al. (2010), diante de um eleitorado alfabetizado e fiscalmente conservador, o aumento da dívida reduz as chances de reeleição. Embora para Puchale (2019), o fenômeno da reeleição contribui para que os *policymakers*, quando no último mandato, estejam propensos a gerarem déficits públicos.

Na análise da ideologia partidária, somente os partidos de esquerda apresentam efeito sobre a dívida pública (ao nível de 5%), com retração da dívida pública em 9,02% sob a ótica dos partidos de esquerda. Quanto ao alinhamento do partido do prefeito com o governo estadual, o modelo é estatisticamente significativo ao nível de 1%, porém o sinal é negativo, ou seja, há uma redução de 14,31% na dívida pública quando o partido do prefeito está alinhado com partido do governador. O mesmo ocorre na estimação representada na Tabela 3, onde foi analisado a influência da coalizão do governo municipal com governo estadual sobre os gastos públicos, há uma redução nos gastos quando o partido do prefeito está alinhado com partido do governador.

Já em relação ao alinhamento com o governo federal pode ser observado impacto positivo na dívida pública (ao nível de 5%), ou seja, quando existe coalizão do partido do prefeito com partido do presidente a dívida pública tende a ser aumentada em 11,40%. A relação positiva quanto ao alinhamento dos partidos dos prefeitos com o governo federal se deu de forma positiva tanto nas estimações da Tabela 3 quanto nas estimações da Tabela 4, logo o fato de existir coalizão entre governo municipal e federal aumenta os gastos públicos e tende a aumentar a dívida pública dos municípios gaúchos.

Considerações Finais

Este estudo teve como propósito analisar a influência dos ciclos políticos sobre os gastos públicos municipais e estimar seu efeito sobre a dívida pública. Para atender este objetivo utilizou-se o termo de interação, estimando o efeito dos gastos públicos versus anos pré-eleitorais e eleitorais, sobre a dívida pública. Além disso, buscou-se evidências para influência de outras variáveis políticas, como a ideologia partidária e o apoio nas eleições dos Governos Estadual e Federal.

Os resultados indicaram que os gastos públicos, quando mediados pelo ciclo político, causam efeito na dívida pública, ou seja, os ciclos políticos oportunistas potencializam o efeito dos gastos na dívida pública dos municípios gaúchos. Porém pode-se dizer que o efeito é maior e significativo em anos pré-eleitorais.

Portanto, em anos pré-eleitorais, os gastos públicos impactam a dívida pública dos municípios gaúchos, tanto de forma isolada como em sua interação com o calendário eleitoral. Contudo, a análise da interação dos anos eleitorais sobre a dívida

pública não apresentou significância estatística, assim como o efeito isolado do ano eleitoral não apresentaram significância estatística sobre a dívida pública.

Quanto ao alinhamento do partido do prefeito com o governo estadual, ambos os modelos analisados apresentaram redução nos gastos públicos e na dívida pública, respectivamente, quando o partido do prefeito está alinhado com partido do governador. Já em relação ao alinhamento com o governo federal pode ser observado impacto na dívida pública, ou seja, quando existe coalizão do partido do prefeito com partido do presidente a dívida pública tende a ser aumentada em 11,40%. A relação positiva quanto ao alinhamento dos partidos dos prefeitos com o governo federal se deu de forma positiva tanto nas estimações da despesa pública, quanto da dívida pública, portanto, a coalizão entre governo municipal e federal aumenta os gastos públicos e a dívida pública dos municípios.

Como limitação do estudo destaca-se a falta de informações de variáveis utilizadas na pesquisa em alguns períodos, motivo pelo qual se utilizou painel desbalanceado. Para pesquisas futuras, sugere-se a atualização do período da pesquisa, ou até mesmo uma redução da amostra para que os dados estejam completos em todos os períodos, de forma que o conjunto de dados estejam uniformizados e possam minimizar possíveis efeitos de casos extremos e assim possa ser utilizado um painel balanceado. Também, sugere-se a inclusão de uma variável relacionada à reeleição para complementar o estudo. Além disso, seria interessante realizar pesquisas em municípios de outros estados, utilizando o termo de interação entre ciclo político e despesa pública, para que possa haver comparação e discussão dos resultados.

Referências

- Akerman, J. (1947). Political economic cycles. *Kyklos*, 1(2), 107-117. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.1947.tb00420.x>
- Alesina, A. (1987). Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. *Quarterly Journal of Economics*, 102, 651-78. <https://doi.org/10.2307/1884222>
- Arvate, P. R., Mendes, M., & Rocha, A. (2010). Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. *Estudos Econômicos*, 40(1), 67-101. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000100003>
- Bartoluzzio, A. I. S. D. S., & Anjos, L. C. M. D. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), p. 167-180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Bellido, H., Olmos, L., & Román-Aso, J. A. (2019). Do political factors influence public health expenditures? Evidence pre-and post-great recession. *The European Journal of Health Economics*, 20(3), 455-474. <https://doi.org/10.1007/s10198-018-1010-2>
- Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 abril, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

- Castro, V., Martins, R. (2018). Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. *European Journal of Political Economy*, 55, 44-64. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2017.11.003>
- Conte, N. C. (2014). Desempenho fiscal do estado do Rio Grande do Sul: uma análise do período pós Lei de Responsabilidade Fiscal-2004 a 2012. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, 20(43). <https://doi.org/10.5335/rtee.v20i43.4593>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. Harper & Row.
- Fiirst, C., Santos, A. C., Rodrigues, M. M., Jr, & Zonatto, V. C. S. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. v. 17(1), 127 <https://doi.org/10.19094/contextus.v17i1.33608>
- Gámez, C., & Ibarra-Yúnez, A. (2009). El ciclo político oportunista y el gasto de los estados mexicanos. *Gestión y política pública*, 18(1), 39-65. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-10792009000100002
- Gaston, L. H. Z. (2017). *Ciclos políticos municipais brasileiros: um estudo empírico*. [Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168616>
- Geys, B. (2007). Government weakness and electoral cycles in local public debt: evidence from flemish municipalities. *Local Government Studies*, 33(2), 237-251. <https://doi.org/10.1080/03003930701200494>
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra, J. E., Filho (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Guerra, D., Paixão, A. N. D., & Leite, P. A. M., Filho (2018). Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, 61, 695-734. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018171>
- Haber, G., & Neck, R. (2006). Sustainability of Austrian public debt: a political economy perspective. *Empirica*, 33(2-3), p. 141-154. <https://doi.org/10.1007/s10663-006-9012-1>
- Hamada, H. H., Moreira, D. J., Milla, E. S., & de Oliveira, S. A. (2019). Endividamento público municipal perante a lei de responsabilidade fiscal: uma análise do município de Belo Horizonte no período 2002 a 2017. *Revista Conhecimento Contábil*, 8(1). <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCC/article/view/762>
- Hibbs D. A., Jr, (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, 71(4), 1467-87. <https://doi.org/10.2307/1961490>

- Kalecki, M. (1943). Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly*, 14(4), p. 322-330, <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>
- Lazarin, M. F., Mello, G. R., & Bezerra, F. M. (2014). A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. *RACE - Revista De Administração, Contabilidade E Economia*, 13(2), 719-736. <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/4207>
- Lucena, B. M., Jr, (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, 71, 1467-87. (2013). *Uma análise dos investimentos públicos, dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos estados brasileiros no ciclo político de 2002-2010*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9469>
- Mello, R. (2020, 04 de fevereiro). Rio Grande do Sul acumula déficit de R\$ 3,2 bilhões em 2019. *Jornal do Comércio*. https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/02/723929-estado-acumula-deficit-de-r-3-2-bilhoes-em-2019.html
- Mendonça, H. F., & Machado, M. R. (2013). Public debt management and credibility: Evidence from an emerging economy. *Economic Modelling*, 30, 10-21. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2012.09.009>
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, 10(3), 377-397. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000300005>
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. <https://doi.org/10.2307/2296528>
- Nunes, G. S. (2017). Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, 44(4), 99-110. <http://200.198.145.164/index.php/indicadores/article/view/3898>
- Oliveira, F. A. D., Nobrega, W. C. L., & Maia, S. F. (2022). Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM. *Estudos Econômicos*, 52(1), 113-153. <https://doi.org/10.1590/1980-53575214fws>
- Pinto, N. G. M., Coronel, D. A., Vieira, K. M., & Ceretta, C. S. (2015). A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 11(1).
- Puchale, C. L. (2019). Ciclos político-econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Maria. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17409>

- Ríos, J. J. G. (2009). Manejo político y su efecto cíclico sobre la base monetaria y la deuda pública en Colombia durante el siglo XX. *Revista Finanzas y Política Económica*, 1(2), 9-33. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323527252002>
- Rodrigues, C. A. (2015). *Impacto dos ciclos políticos nas despesas públicas nos estados brasileiros*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18747>
- Rodrigues, L. M. (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Editora Edusp.
- Rogoff, K., & Silbert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16. <https://doi.org/10.2307/2297526>
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-36.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos, São Paulo*, 39(1), 39-58. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>
- Sakurai, S. N., & Menezes, N. A., Filho (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137(1-2), 301-314. <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3>
- Sapir, A., & Sekkat, K. (2002) Political cycles, fiscal deficits, and output spillovers in Europe. *Public Choice*, 111(1-2), 195-205. <https://doi.org/10.1023/A:1015149412127>
- Silva, S. L. P., & Faroni, W. (2011). Ciclos político orçamentários: um estudo para os municípios do estado de Minas Gerais–2000/2008. *SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas E Contábeis*, 14(1), 9–20. <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/1719/1300>
- Siqueira, F. F. (2016). Ciclo político: uma revisão literária. *BIF - Boletim Informações Fipe*, n. 427, 55-66. <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif427-57-66.pdf>
- Skilling, D., & Zeckhauser, R. J. (2002). Political competition and debt trajectories in Japan and the OECD. *Japan and the World Economy*, 14(2), 121-135. [https://doi.org/10.1016/S0922-1425\(01\)00077-9](https://doi.org/10.1016/S0922-1425(01)00077-9)
- Veloso, G. O., & Bornhold, S. D. (2016). Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*, 36(4), 1069-1096. <http://200.198.145.164/index.php/ensaio/article/view/2617>
- Wooldridge, J. M. (2006). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. Pioneira Thomson Learning.
- Xavier, A. E. Junior, Freitas, F. L., Medeiros, J. T., & Lucena, A. L. C. P. (2018, 27 de julho). *Ciclos Políticos X Funções Orçamentárias: Um Estudo Acerca Da Influência Dos Anos Eleitorais Sobre As Despesas Orçamentárias dos Municípios Médios Brasileiros*. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 15.

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/965.pdf>

Licença

Esta obra está licenciada com uma Licença *Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional*

Contribuição dos autores

Autor 1, Autor 2, Autor 3 e Autor 4 trabalharam conjuntamente na conceitualização e abordagem teórica-metodológica, na revisão teórica, na discussão e análise dos construtos teóricos adotados, bem como na redação e revisão final do manuscrito.”

Financiamento

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do RS pelo apoio financeiro, por meio do “Edital 04/2019 ARD.”

Declaração dos autores

Os autores declaram que este manuscrito é original, não foi publicado antes e não está sendo considerado para publicação em outros lugares. Confirmamos que o manuscrito foi lido e aprovado por todos os autores nomeados e que não há outras pessoas que satisfaçam os critérios de autoria, mas não estão listadas. Confirmamos ainda que a ordem dos autores listados no manuscrito foi aprovada por todos nós.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver potenciais conflitos de interesse em relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.